



EJA E TRABALHO

Suelidia Maria Calaça¹

Universidade Federal da Paraíba- UFPB, sueluc88@hotmail.com

Janayna Soares da Silva¹

Universidade Federal da Paraíba- UFPB, janaynasoares.marques@hotmail.com

Resumo: O objetivo desse estudo é compreender como se deu o processo de escolarização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e sua relação com o trabalho. A temática é desenvolvida a partir das experiências com o Programa de Educação Tutorial PET/Conexões de Saberes Projeto Acesso e Permanência de Jovens de Origem Popular à universidade: diálogos universidade-comunidade, da Universidade Federal da Paraíba, por meio da observação e ministração de aulas nas salas da Educação de Jovens e Adultos, onde foi observada a grande relação desses alunos com o mundo do trabalho. Para uma maior compreensão dessa relação, houve a necessidade de refletir como se deu o processo de escolarização no Brasil a partir do início do século XX e do XXI, como também relacionar as expectativas dos alunos para a escola, envolvendo sua atuação no trabalho. Foi observado que o acesso das classes subalternas à escola no início do século XX deu-se pela demanda de mão de obra para a necessidade do capital, e que posteriormente se expandiu pela necessidade de acabar com o analfabetismo e a dívida histórica aos sujeitos que foram excluídos da escola. Ao retornarem à escola, os alunos têm vários motivos: buscam uma escolarização a mais que possa lhe proporcionar um emprego melhor, além disso, buscam formas de socialização. Dessa forma, as relações dos alunos com a trabalho é algo muito relevante, sendo a escola uns dos principais espaços de formação profissional.

PALAVRAS- CHAVES: EJA, Trabalho, Escolarização.

INTRODUÇÃO

Esse artigo tem a finalidade de entender como foi construído o processo de escolarização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e sua relação com o trabalho. O interesse pela temática veio através da experiência enquanto aluna bolsista do Programa de Educação Tutorial - PET/Conexões de Saberes Acesso e Permanência de Jovens de Origem Popular à universidade: diálogos universidade-comunidade, que proporcionou uma vivencia nas salas de aulas da EJA.

Para entender melhor a questão da EJA e o trabalho foi importante observar como foi construída ao longo do início do século XX até o século XXI, sendo que no início do século XX foi um marco para as classes subalternas da sociedade onde tiveram um acesso expressivo à educação escolarizada. Este acesso não aconteceu de forma “generosa” (FREIRE, 1997), mas tinha



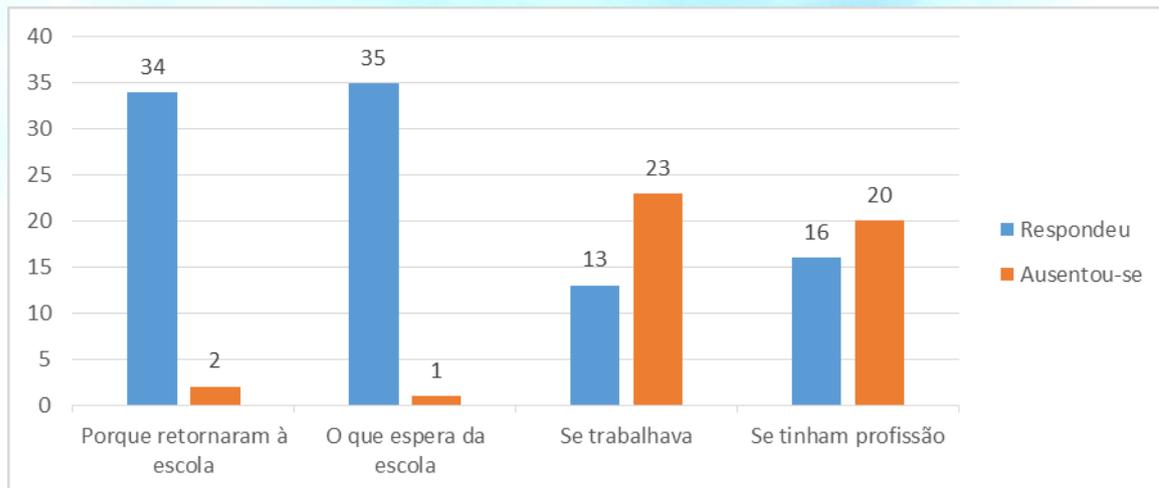
interesses e objetivos para a expansão do capitalismo, no caso a partir da necessidade da alfabetização dos sujeitos por causa dos grandes índices de analfabetos no início do século e pela necessidade de uma mão de obra especializada para a indústria.

Dentro do ambiente escolar da EJA foi observada a importante relação dos alunos com o trabalho: por serem trabalhadores, por terem interrompido a escolarização por conta do trabalho ou por buscarem na EJA uma perspectiva de vida melhor através de uma formação a mais. Dessa forma as relações dos alunos com a trabalho é algo muito relevante, o trabalho representa o sujeito, o qualifica, é seu modo vida.

METODOLOGIA

A pesquisa partiu da questão do saber como foi construído o processo de escolarização da Educação de Jovens e Adultos no Brasil e sua relação com o trabalho. Para isto foi realizada uma pesquisa bibliográfica buscando analisar esse processo. Para a análise do processo histórico foi feito o recorte temporal do início do século XX e início do século XXI, que são momentos simbólicos das mudanças econômicas, política e educacional no Brasil. Dentro desse contexto a Educação de Jovens e Adultos começa a se expandir, como também o mundo do trabalho toma novo viés para industrial antes rural, por isso a relevância de trabalhar ações entorno da EJA nesses dois séculos.

Para integrar a pesquisa sobre as perspectivas dos alunos e sua relação com a escola e o trabalho foi realizada uma investigação com os alunos E.M.E.F. Zélia Correia do Ó em Alhandra. Os sujeitos investigados foram 36 alunos da EJA que eram dos turnos da tarde e noite do ensino fundamental. O instrumento de coleta de dados foi um questionário, nele foram utilizadas perguntas que tinham a finalidade da análise qualitativa, pois esse tipo de análise era necessário para se discutir as perspectivas dos alunos que se encontram na EJA e sua relação social com o trabalho. As perguntas, organizadas na tabela abaixo, foram as seguintes:



Fonte: Elaborado pela bolsista Janayna Soares da Silva

Perguntados sobre seus cargos responderam que eram, balconista, doméstica, atendente de loja, padeiro, cozinheira, pedreiro, garçom e 08 (oito) responderam que eram agricultores (característica de ser uma escola que recebe muitos alunos da zona rural), 20 não responderam. Ao responderem sobre o trabalho que exerciam, é visto que, as atividades não necessitam um grau de escolaridade maior como também são atividades práticas. Aos responderem o porquê de retornam à escola, as respostas direcionam para a necessidade de arranjar um emprego melhor, que a escola oferece um espaço de socialização, de fazer um curso ou porque não tiveram oportunidade de estudar. E sobre o que esperam da escola, eles esperam que a escola forneça conhecimento, que ela tenha uma estrutura favorável ao ensino e aprendizagem.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Na pesquisa bibliográfica foi observado que no início do século XX, com a República Velha, o ensino primário e técnico era oferecido para as classes subalternas gratuitamente, enquanto o ensino superior mantido pelos poderes públicos estava destinado aos filhos das classes dominantes, com a intenção de haver um processo hereditário da manutenção e controle administrativo do poder.

Na década de 1930, com o governo de Getúlio Vargas é implantado o Ministério da Educação (MEC) e o Plano Nacional de Educação. É estabelecido que a indústria ofereça escolas de aprendizagem aos filhos dos operários. Segundo Marinete dos Santos (1980, p.25) “As diretrizes ideológicas que nortearam a política educacional, do Estado Novo consubstanciavam-se na



exaltação da nacionalidade, nas críticas ao liberalismo, no anticomunismo na valorização do ensino profissional”. Esclarecendo que a educação tinha a intenção de exaltar o nacionalismo, onde o povo estivesse preparado civicamente e fisicamente.

Em 1942, é realizada uma reforma no ensino pelo ministro Gustavo Capanema. Assim o segundo ciclo de ensino ficaria responsável pela formação técnica, porém algo que demonstrava ser positivo para classe operária mostrou que havendo uma grande mão de obra especializada ficaria difícil recorrer às reivindicações trabalhistas. Nesse período é criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industriários (SENAI), o ministro justificava que:

“Reconstitui-se, entre nós, mas de modo mais extenso e mais eficiente, do ponto de vista da riqueza e da cultura nacionais, o generoso, o humano, o belo sistema da medieval educação profissional, em que o dono da indústria não era apenas o patrão do seu jovem empregado, mas também o seu educador” (CAPANEMA, 1942. SANTOS, 1980, p 33).

Assim, dando alguns benefícios aos pobres, a burguesia buscava abafar a análise dos trabalhadores perante o capital e a desigualdade, contentando as classes subalternas com uma formação técnica, como também reafirma a relação trabalhista, assim havendo uma pequena formação oferecida pelo burguês, enquanto o trabalhador tinha que lhe oferecer sua força de trabalho.

Segundo Freire (1997, p. 41):

“Por isso é que o poder dos opressores, quando se pretende amenizar ante a debilidade dos oprimidos, não apenas quase sempre se expressa, em *falsa generosidade*, como jamais a ultrapassa. Os opressores, falsamente generosos, têm necessidade, para que a sua “generosidade” continue tendo oportunidade de realizar-se, da permanência da injustiça. A ordem social injusta é a fonte geradora, permanente, desta “generosidade” que se nutre da morte, do desalento e da miséria”.

Essa “**generosidade**” tanto do poder público quanto do poder privado em promover o acesso à educação primária e técnica às classes subalternas, fazia com o que houvesse a manutenção e a permanência dos oprimidos sempre em um nível de submissão, delimitando até onde eles podiam chegar e quais cargos e serviços estavam determinados para eles.

Ainda na década de 1940 são criados importantes órgãos voltados para a EJA, como o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (INEP) e Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA). Essas mudanças aconteceram pela necessidade de alfabetizar a população brasileira, pois o Brasil naquele momento saía de uma economia totalmente rural para uma industrial.



Na década de 50 do século XX são criadas mais duas campanhas voltadas para educação: a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) e a Campanha Nacional da Erradicação do Analfabetismo (CNEA). Em 1960 surge o Movimento de Educação de Base (MEB) e a Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR). Na mesma década em Recife, Paulo Freire desenvolvia um método de alfabetização chamado “Sistema Paulo Freire”, assim o relata. “Os resultados obtidos – 300 trabalhadores alfabetizados em 45 dias – impressionam profundamente a opinião pública. Decidiu-se aplicar o método em todo o território nacional, mas desta vez com o apoio do Governo Federal”. (FREIRE, 1979)

Através do método de ensino de Freire possibilitou-se a alfabetização das massas trabalhadoras, partido de um princípio de que era preciso conhecer o lugar social dos indivíduos e fazendo com o que eles tomassem consciência da sua submissão e opressão. Como também o saber ler lhes dava o direito ao voto. No Brasil com o Regime Militar as campanhas são extintas, apenas existindo o Movimento de Educação de Base (MEB), que era realizada pela igreja católica. Em 1970, é implantado o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), com a finalidade de acabar com o analfabetismo em dez anos e implantado o ensino supletivo.

Em 1996, o Congresso Nacional estabelece as Leis de Diretriz Básicas da Educação, dentro dessas leis é estabelecido no Artigo 37º que a educação para os alunos da EJA tem a finalidade de abarcar os alunos que por motivos vários interromperam o processo de ensino e aprendizagem. Estabelecendo que o ensino seja gratuito, e que é função do Poder Público estimular a permanência desses jovens e adultos.

No início do século XXI, no ano 2000 o Ministério da Educação (MEC) homologa o Parecer CEB nº: 11/2000, esclarecendo e pontuando os problemas com a desigualdade social histórica, que foi uns dos maiores fatores desses alunos interromperem ou não terem acesso aos estudos. A EJA se apresenta como um espaço que tem como finalidade diminuir a desigualdade histórica, um direito à cidadania e de formação dos indivíduos. E que segundo o PARECER (2000, p.6):

“No Brasil, esta realidade resulta do caráter subalterno atribuídos pelas elites dirigentes à educação escolar de negros escravizados, índios reduzidos, caboclos migrantes e trabalhadores braçais, entre outros. Impedidos da plena cidadania, os descendentes deste grupos ainda hoje sofrem com as consequências desta realidade histórica”.

Na pesquisa escolar sobre o trabalho como já foi observado, os sujeitos da EJA são trabalhadores e que quase sempre exercem funções práticas que necessitam de um nível de escolaridade menor. A escola então se torna um espaço de formação, onde o conhecimento



recebido traz consigo a possibilidade de uma ascensão profissional e pessoal. Contudo não fornece uma análise da sua condição social, enquanto trabalhador, segundo CIAVATTA (2011, p. 34) falta tais questionamentos:

“O que são as relações de trabalho, as relações de sociais de produção? Quais os fundamentos sociais das ciências, da técnica e das tecnologias e sua apropriação pelo sistema produtivo? Por e como ocorre a divisão da riqueza produzida pelo trabalho e sua apropriação desigual? ”.

Mesmo que o interesse de estar na escola esteja voltado para qualificação e certificação, os sujeitos necessitam de não só uma formação para lhe auxiliar no trabalho, mas um entendimento e uma análise maior das relações de trabalho. Ao responderem sobre o porquê retornarem à escola, apresentaram o seguinte:

- I. “Porque é preciso adquirir mais conhecimento para mim, especifico na minha área de trabalho”.
- II. “Para ter um futuro melhor, porque quero estudar, aprender e fazer curso”.
- III. “Porque é muito importante concluir os estudos e ter mais oportunidade de arranjar um emprego”.
- IV. “Porque eu não tive oportunidade quando era jovem”.
- V. “Porque eu estava deprimida e também para aprender mais alguma coisa”.

As repostas I, II, e III dos alunos direcionam para uma perspectiva onde buscam na escola conhecimento que os auxiliem no trabalho, na conquista de um emprego melhor, para que possam fazer um curso. Na IV, observa-se que a resposta está relacionada a funcionalidade da EJA segundo a Leis de Diretrizes Básicas (LDB) que diz no “**Art. 37º.** *A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria*” (1996). Na V, a escola é vista como um lugar interação, onde o aluno da EJA busca não só um espaço que supra as necessidades de escolarização, mas de socialização.

Em relação às perspectivas os alunos sobre a escola, colocaram:

- I. “Mais desenvolvimento e mais discussão”.
- II. “O melhor possível para minha formação pessoal e profissional”.
- III. “Espero que a escola me prepare para encarar o mundo do trabalho”.
- IV. “Melhores condições físicas”.
- V. “Espero aprender muita coisa para terminar os estudos e fazer uma faculdade e para dá orgulho ao meu pai”.

O aluno espera que a escola lhe dê conhecimento e formação onde ele consiga dar continuidade ao estudo, já que não foi possível antes, como também ajude na conquista de um emprego. E que a escola tenha uma estrutura adequada para o ensino e aprendizagem, onde se vê



que muitas vezes os alunos são privados de atividades oferecidas pela escola, ou sequer os alunos da EJA recebem livros. Mesmo que coloque que “§ 2º. *O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si*” (1996). Quando estas necessidades não estão sendo supridas, o resultado é um número alarmante de evasão na EJA.

CONCLUSÃO

Referente ao processo histórico foi observado que nos primeiros tempos a educação oferecida às classes subalternas estava direcionada a formar uma massa de trabalhadores que desse suporte à indústria para que desta forma se ajustassem ao novo modelo econômico que se buscava no Brasil. Acontecendo vários movimentos e campanhas de alfabetização pela necessidade de alfabetizar a população brasileira por conta dos números alarmantes de analfabetismo, sendo algumas mais técnicas outras com a necessidade de conscientizar os trabalhadores. E a EJA hoje representa uma forma de combater a dívida histórica aos indivíduos que foram desfavorecidos na sociedade brasileira.

É importante pontuar as questões de interesse desses sujeitos em prosseguir nos estudos na finalidade de futuramente fazer um curso ou uma faculdade, já que no início a escolarização estava apenas no nível básico e técnico. Essa perspectiva parte de um aspecto importante hoje no Brasil, onde o acesso ao ensino superior está mais acessível. Através de alguns incentivos do governo, como as cotas nas universidades destinadas às pessoas de baixa renda, de escola pública, e a negros e índios (os alunos da EJA se encaixam nesse perfil), como também os cursos fornecidos pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Segundo o MEC (2014), os matriculados no ensino superior são 7.526.681, onde há um aumento de 3,6% de 2013 para 2014. São importantíssimos esses incentivos para com a educação em todos os níveis.

Sendo assim, na busca de alfabetizar e manter os alunos na escola no início do século XXI, com a criação de programas como o Programa Brasil Alfabetizado (PBA), o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação e Qualificação e Ação Comunitária (PROJOVEM), cuja finalidade é a de fornecer o certificado do ensino fundamental e o Programa Nacional de Integração da



Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), focado no ensino profissionalizante.

Não há como negar o grande vínculo dos sujeitos da EJA com o trabalho, suas perspectivas e anseios em relação à escola; vista como um lugar que lhes dê condições de progredir. Visto que o acesso à educação está maior, porém ocorre uma grande evasão nessa modalidade, assim é importante que aja maiores incentivos de permanência.

REFERÊNCIA

Livros:

FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo. Cortez & Moraes, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 50ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2011.

SANTOS, Marinete dos. **A Educação no Estado Novo (1937-1945)**. Editora Livramento. 1ª edição, julho de 1980.

TIRIBA, Lia; CIAVATTA, Maria. **Trabalho e educação de jovens e adultos**. In: CIAVATTA, Maria; **A reconstrução histórica de trabalho e educação e a questão do currículo na formação integrada-ensino médio e EJA**. 25-55. In: VENTURA, Jaqueline; **A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores**. 57-97. Brasília. Liber Livro e Editora UFF, 2011

Documentos Constitucionais:

Leis de Diretrizes Básicas da Educação Nacional. 20 de dezembro de 1996, Brasília. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. PARECER CNE/CEB 11/2000.

Sites:

21-08-2015: <http://www.moodle.ufba.br/mod/book/view.php?id=9945&chapterid=9316>

24-08-2015: <http://www.brasil.gov.br/educacao/2014/09/ensino-superior-registra-mais-de-7-3-milhoes-de-estudantes>